

## Um Olhar sobre o Panorama da Ciência e Tecnologia em Portugal

O XXI Governo Constitucional definiu como uma das prioridades desde o final de 2015 a promoção do Emprego Científico, nomeadamente através da Agenda "Compromisso com o Conhecimento e a Ciência", aprovada em Conselho de Ministros a 3 de junho de 2016, documento que colocava como prioritário o atingimento das metas europeias em 2020. Esta estratégia nacional assentava em 4 eixos fundamentais: (1) Os **Recursos Humanos**, estimulando, aprofundando e diversificando o emprego científico; (2) As **Instituições**, incentivando a modernização e a diversificação do sistema de ensino superior, reforçando a pós-graduação nas universidades, estimulando a I&D nos institutos politécnicos, consolidando a organização institucional do sistema científico e tecnológico e estimulando a sua competitividade internacional; (3) O **sistema e a promoção de agendas temáticas de investigação e inovação**, de âmbito nacional e especialização regional, articulando os setores público e privado e a modernização da rede de infraestruturas; (4) A **dimensão territorial**, estimulando a centralidade do conhecimento nas cidades e regiões, em estreita colaboração com os atores locais.

No que ao primeiro eixo diz respeito, esta Agenda previa a existência de medidas que promovessem o Emprego Científico, de forma a, até 2020, garantir o estabelecimento de pelo menos 3000 novos contratos de investigador/docente para jovens doutorados.

Por conseguinte, surge em fevereiro de 2017 o Programa de Estimulo ao Emprego Científico, o qual prevê a concretização de pelo menos 5000 novos contratos de investigadores e docentes doutorados, de forma progressiva entre 2017 e 2019, e apoiada em diversos instrumentos, como a possibilidade de contratação e desenvolvimento das carreiras académicas e científicas pelas IES e o subjacente aumento do financiamento a esta área, por meio da dotação do Orçamento do Estado à FCT, programas de apoios europeu ou outros.

Com a divulgação do Relatório da OCDE “Review of the Tertiary Education, Research and Innovation System in Portugal”, em fevereiro de 2018, o sistema científico e tecnológico português volta a ser alvo de discussão, sendo esta organização clara ao criticar a inexistência de uma Estratégia Nacional para o Conhecimento e Inovação, na qual as prioridades nacionais sejam concertadas e os organismos envolvidos trabalhem coordenada e produtivamente. Além disso, é ainda proposta uma reforma ao funcionamento da FCT, garantindo o financiamento público dos doutorados e providenciando condições contratuais estáveis e com possibilidade de progressão de carreira.

A pouco mais de 6 meses do final da legislatura e no último ano de implementação do Programa de Estimulo ao Emprego Científico, torna-se clara a necessidade de uma avaliação acerca do cumprimento dos resultados esperados.

Segundo dados do **Observatório Nacional do Emprego Científico**, atualizado a 25 de fevereiro de 2019, existem no total 2153 novos contratos de investigadores e docentes doutorados no âmbito do Programa de Estimulo ao Emprego Científico desde o início de 2017, representando uma quase duplicação os valores verificados no mês de janeiro de 2019. Adicionalmente, o mesmo Observatório do Governo garante que estão atualmente em execução mecanismos que permitirão contratar mais 6310 doutorados. Deste modo, a meta dos 5000 contratos seria excedida em mais de 3000 novos contratos.

No entanto, e após as declarações da tutela de “pleno emprego científico em Portugal”, alguns agentes políticos manifestaram opiniões discordantes no que diz respeito à suposta plena execução do programa.

A Associação dos Bolseiros de Investigação Científica (ABIC) afirma, em carta aberta ao Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, que: “i) há doutorados sem qualquer emprego; ii) há doutorados com bolsas para doutorados ou para mestres sem perspectiva de passarem a contrato; iii) há doutorados com bolsas à espera de um contrato que tarda em sair”.

Por outro lado, o Sindicato do Ensino Superior (SNESup), também em carta aberta, defende que as medidas levadas a cabo nesta legislatura no âmbito do emprego científico não foram suficientes para suplantar as necessidades do país.

Além disto, já no final de fevereiro de 2019, o Governo aprovou uma alteração do **Estatuto do Bolseiro de Investigação** que vem reformular as condições para a atribuição de bolsas de pós-doutoramento, limitando-as a um máximo de três anos, reforçando, na teoria, a política de que os contratos de trabalho sejam a norma para quem faz investigação em Portugal. No entanto, a ABIC manifestou-se prontamente pela revogação deste estatuto, que continua a permitir a existência de vínculos contratuais precários no âmbito da ciência.

Deste modo, as Federações e Associações Académicas e de Estudantes, reunidas em sede de ENDA nos dias 16 e 17 de março de 2019 em Aveiro, vêm propor:

1. A construção de um relatório de implementação do Programa de Estímulo ao Emprego Científico, **a cargo de entidades competentes e isentas**, que espelhe de forma real a execução, ou não, das metas estipuladas neste Programa, a apresentar até ao final da legislatura;
2. A reflexão acerca da Agenda “Compromisso com o Conhecimento e Ciência”, e revisão já no início da próxima legislatura, procedendo previamente a uma análise prévia à realidade do país do que diz respeito às necessidades dentro do emprego científico, infraestruturas de investigação, entre outros aspetos, de modo a que esta nova Agenda contenha objetivos concretos e alcançáveis, adequados às necessidades;
- 3. Valorização das medidas** propostas no Relatório da OCDE de 2018 no âmbito da Ciência e Tecnologia, nomeadamente no que diz respeito à definição de uma Estratégia Nacional para o Conhecimento e Inovação e à reforma da Fundação Ciência e Tecnologia, **procurando implementá-las no âmbito da agenda projetada.**

**Proponente:** Federação Académica de Lisboa



**Endereçado a:** Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

**Com conhecimento:** Fundação Ciência e Tecnologia

**Referências:**

1. Programa do XXI Governo Constitucional
2. Agenda “Compromisso com o Conhecimento e a Ciência”, junho 2016
3. Programa de Estimulo ao Emprego Científico, fevereiro 2017
4. Observatório do Emprego Científico  
(<https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/comunicacao/comunicado?i=observatorio-de-emprego-cientifico-em-actualizacao-permanente>)